

## DESENVOLVIMENTO - POLITICAS E REALIDADE

Políticas de investimentos agrícolas em Angola: projetos em concorrência e as tendências do século XXI

Garcia Neves Quitari

Eficiência técnica das instituições de microfinanças na região da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA)

Abdoulaye Aboubacari Mohamed, Felipe Miranda de Souza Almeida, Gabriel Teixeira Ervilha e João Eustáquio de Lima

Sino-Africa Relations and Implications for Neo-colonialism: a Case of China's Involvement in Ghana's Textiles and Mining Industries and its Implications in Achieving the Sustainable Development Goals in Ghana

Gideon Asante Yeboah, Kelvin Acheampong e Prince Henry Ebbey

A Agenda 2030 e a Economia Azul enquanto vetor para o desenvolvimento sustentável e diversificação económica em Angola

Damião Fernandes Capitão Ginga

Security and Sustainable Development in Africa: What Role for AFRICOM in the Continent

Mourad Aty

## DESENVOLVIMENTO - SOCIEDADE E OPINIÃO

Traços da política de emigração na África Subsahariana. Fluxo ou refluxo da Agenda 2030?

Issau Agostinho

Centralidade de Quibaúla/Angola - Um olhar a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Educação Informal

Ana Pérez, Teresa Medina e Júlio Santos

Objetivo Desenvolvimento Sustentável 4, nas redes sociais. O que se pode concluir? Análise do Twitter de 2020 a 2022

Rui da Silva e Carla Delgado

## ENTREVISTA

Mario Novelli

Entrevista conduzida por Rui da Silva e Miguel Silva

## ÁFRICA EM DEBATE – PODERES E IDENTIDADES

Whither Diversion or Broadening the Bargaining Space: Why Africa Needs New Non-traditional Partners in Development Cooperation

Armstrong Mudzengerere

## NOTAS DE LEITURA

Mark Bray. *Educação Sombra na África: Tutoria Privada e suas Implicações para as Políticas Públicas*

Rui da Silva

Eduardo Medeiros. *Rotas da moção. Sino-moçambicanos na época colonial (1885-1975) e suas diásporas pós-independência*

Augusto Nascimento

ÁFRICA E OS ODS: OBJETIVOS COM FUTURO?

Africana Studia

# ÁFRICA E OS ODS: OBJETIVOS COM FUTURO?

PVP 10€



Africana Studia

# Políticas de investimentos agrícolas em Angola: projetos em concorrência e as tendências do século XXI

Garcia Neves Quitari\*

pp. 9-19

## Introdução

Nos meses imediatamente seguintes à tomada de posse para o primeiro mandato, diversos analistas políticos destacaram que, ao contrário do seu antecessor, o atual presidente de Angola priorizaria uma diplomacia mais económica, privilegiando o estabelecimento de relações mais fortes com países estratégicos que pudessem contribuir para o almejado desenvolvimento de Angola.

Nesse sentido, durante os dois primeiros anos do mandato em causa, este presidente visitou vários países, dentre os quais, a França, os Estados Unidos da América, Bélgica, Portugal, África do Sul, China, Emirados Árabes Unidos e a Rússia. Como recorrentemente afirmado em seus discursos, estas visitas tinham também como objetivos o estreitamento de relações comerciais e de cooperação e, por conseguinte, atrair investimentos para Angola.

No seu discurso, na ocasião da 75.ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, por exemplo, ocorrida em 2020, o presidente de Angola propôs que os membros do G20 criassem nos seus países fundos de apoio para os investidores que quisessem investir em África. No caso de Angola, um dos setores da economia para os quais se buscam estes investimentos é o setor da agricultura, com destaque para o agronegócio.

Neste contexto, o presente artigo visa refletir sobre as políticas de investimentos agrícolas em Angola. Para tal, pretende também analisar brevemente a presença do capital estrangeiro na história recente de Angola relativamente à exploração dos recursos naturais e, particularmente, na agricultura.

Nosso principal argumento é de que a atual orientação da política económica tende para o alargamento da presença do capital estrangeiro em Angola, através do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), em contraposição ao enfoque no desenvolvimento económico centrado no fortalecimento do empresariado nacional, orientação dominante mais ou menos nas últimas quatro décadas pós-independência.

Esta reflexão impõe a necessidade de considerações relativamente aos projetos de desenvolvimento agrícola implementados no decurso deste tempo, mas também os efeitos e as consequências dos recentes desdobramentos do governo angolano para promover o investimento

---

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr38a1>

\* Universidade Agostinho Neto.

privado e estrangeiro no âmbito dos planos de desenvolvimento da economia no período pós-guerra civil<sup>1</sup>.

Para o efeito de melhor de compreensão, este texto inclui também uma breve caracterização geral dos investimentos na agricultura feitos no final da era colonial, fase em que se assiste maior entrada de capital estrangeiro na então província ultramarina de Angola.

## Investimentos na era colonial e pós-independência

### Investimentos agrícolas na era colonial

Até o início do século XX, o regime colonial português ainda apresentava resistência à entrada do capital estrangeiro nas colónias, seja no que se referia aos investimentos nos setores produtivos e bancários, seja no que dizia respeito à concessões de terra<sup>2</sup>. Por outro lado, o capital privado nacional também era inexpressivo e predominantemente representado por uma elite ligada ao comércio.

O interesse de Portugal pela agricultura em África começaria a ganhar grandes dimensões depois da independência do Brasil (1822) e, sobretudo com o início da 1.ª República de Portugal em 1910<sup>3</sup>. A partir deste momento, as Cartas - de - Lei da Coroa Portuguesa e os regimes de sesmaria cederiam lugar para os decretos que passaram a regular a concessão de terra nas colónias até 1974. Mas é, principalmente, com o regime militar instaurado em 1926 que Portugal passaria a promover a entrada intensiva de um capital metropolitano e estrangeiro em Angola.

Vários fatores de ordem económica e política contribuiriam para esta decisão. Alguns destes fatores políticos foram exatamente a necessidade de tentar contrapor-se aos descontentamentos dos povos das colónias; às tendências separatistas e o receio de invasão de territórios por parte das outras potências coloniais, a exemplo da União Sul-Africana. Era necessário ocupar efetivamente as colónias, razão pela qual também se observou a partir desse período um forte incentivo à migração de portugueses para as colónias<sup>4</sup>.

Um outro fator político importante dizia respeito às pressões contra o regime militar em Portugal, particularmente, as pressões pela terra. Apesar de já ser um problema social importante desde a 1.ª República, o governo do Estado Novo (1933-1974), por exemplo, manteve uma política agrária que beneficiava o latifúndio a custo de um crescente número de camponeses e trabalhadores rurais sem terra, tornando a questão agrária um dos problemas políticos mais relevantes até 1975<sup>5</sup>.

De entre os fatores económicos, destaca-se o esforço de reposicionamento de Portugal na economia mundial, com o qual tentava abandonar a posição de fornecedor de matéria-prima bruta para uma economia exportadora de bens manufaturados centrada na agroindústria e na indústria extrativista.

Portugal também se empenhava para a integração das economias metropolitana e colonial, no que poderia vir a se constituir como espaço de moeda única, de livre circulação de mercadorias, incentivando, por exemplo, a deslocação de unidades produtivas para as colónias.

<sup>1</sup> A guerra civil em Angola teve início após a independência em 1975 e terminou efetivamente em 2002. Na década de 1990, iniciaram-se os acordos de paz, foram realizadas as primeiras eleições (1992), mas a guerra foi retomada depois da contestação dos resultados eleitorais por parte da UNITA. Ver sobre este assunto Costa (2010), Cafussa (2014) e António (2015).

<sup>2</sup> Ver Torres (1983) e Amaral (2017).

<sup>3</sup> Sob esta perspetiva, ver Castelo (1998) e Freudenthal (2005).

<sup>4</sup> Entre 1961 e 1974, a Junta Provincial de Povoamento de Angola (JPPA) foi o órgão colonial responsável pela transferência de portugueses (e cabo-verdianos) e pela criação dos colonatos agrários. Sobre este assunto, neste texto, ver também Neto, 1999 e Castelo, 2007.

<sup>5</sup> A Reforma Agrária em Portugal só viria acontecer depois da Revolução de 25 de Abril de 1974. Sobre este assunto, ver por exemplo: Cunhal (1968), Baptista (1994) e Varela & Piçarra (2016).

Como muitos autores sugerem, a integração e o centralismo seriam as principais características da colonização portuguesa em África no início do século XX<sup>6</sup>.

É neste contexto de maior entrada do capital nacional e estrangeiro que se intensifica a industrialização em Angola e que se verifica o começo de uma articulação entre agricultura e indústria, com forte presença de companhias estrangeiras. Segundo Torres (1983), nesta altura também, entram em Angola, por exemplo, a Caixa de Crédito Agro-Pecuário (1961), o Banco de Crédito Comercial e Industrial (1965) e o Banco Totta Standard de Angola (1966). Nas fases mais avançadas desta empreitada, entre 1959 e 1964, depois, entre 1968 e 1973, o governo colonial implementou os planos de Fomento II e III, respetivamente, que consistiram em investimentos avultados para o desenvolvimento e modernização produtiva em Angola. Direcionados para infraestruturas de comunicação, transportes e indústria, foi neste momento que conhecidas multinacionais passariam a representar o capital dominante, sobretudo no setor extrativista, primeiro, com a exploração do mineiro de ferro e, posteriormente, com o petróleo e diamante<sup>7</sup>.

Tal como com constituído esta distribuição do capital, viria a se formar inicialmente em Angola uma concorrência entre uma burguesia local, historicamente ligada ao comércio, uma burguesia metropolitana diversa e uma burguesia mais internacional ligada às grandes companhias e conglomerados internacionais.

À propósito do desenvolvimento agrícola, o governo colonial projetou uma política agrícola assente na sua divisão em dois setores, nomeadamente, o setor familiar/tradicional e o empresarial, este último representado por companhias nacionais e estrangeiras, à exemplo da COTONANG, empresa belga de exploração de algodão.

Na década de 1960, o governo colonial fundou a Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) e em 1969 a Extensão Rural de Angola (ERA), ambas instituições encarregadas de fazer estudos geomorfológicos, mapeamento agrícola e de prover um conjunto de apoio técnico às empresas e aos camponeses para o aumento da produtividade e melhoria da qualidade da produção (Neto, 1999; 2008).

Os resultados destes investimentos colocariam Angola entre os maiores exportadores mundiais de algodão, café e sisal entre as décadas de 1960 e 1970, assim como também de *commodities* minerais, principalmente com a exploração de diamante, ferro e petróleo, tal como assinalado por Eduardo de Sousa Ferreira (1985).

### Políticas agrícolas durante o socialismo

Depois da proclamação da independência (1975), iniciou-se em Angola a constituição de uma república socialista de inspirações marxista-leninista, que vigorou até ao início da década de 1990. Em virtude disso, a propriedade privada teria sido abolida ainda em 1976, através da Lei n.º 3/76 de 1976 e a maioria das empresas privadas foi confiscada, nacionalizada ou intervencionada para a estatização, tal como refere Manuel Ennes Ferreira (2002). Estas empresas, sobretudo, as ligadas à indústria transformadora, dentre as quais as dos setores de pescas, alimentos, bebidas, metalurgia e agropecuária, passariam a constituir um património do Estado, designado de Unidades Económicas do Estado (UEE)<sup>8</sup>.

Mas o confisco da propriedade privada teve algumas exceções, seja em relação à terra, seja no que diz respeito às empresas, principalmente as empresas estrangeiras do setor extrativista. Adicionalmente a estas medidas, foram também criadas empresas estatais para exploração de petróleo e de diamante, respetivamente, a SONANGOL (1976) e mais tarde a ENDIAMA

<sup>6</sup> Neste texto, ver por exemplo: Torres, 1983; Ferreira, 1985 e Castelo, 2014.

<sup>7</sup> Neste texto, ver Torres (1983), Ferreira (2002) e Bonfim *et al.* (2016).

<sup>8</sup> Ver também Bonfim *et al.* (2016).

(1981), que passariam a concessionar e a concorrer com empresas internacionais já estabelecidas desde a era colonial, a exemplo da Chevron e da De Beers.

No setor da agricultura, foram criadas empresas estatais - como a ENCAFE, para produção e comercialização do café, a ENCODIPA para a aquisição e distribuição da produção agrícola - compondo um circuito no qual estavam integradas fazendas, cooperativas, associações agrícolas e camponeses individuais<sup>9</sup>. Foram também criadas estruturas ao nível do Ministério da Agricultura para dinamização das várias áreas, como a pecuária, como a criação da Direção Nacional de Apoio à Produção Pecuária (DINAPROP), por exemplo.

Segundo muitos autores, o período socialista representou uma fase de empobrecimento da agricultura, dentre outras, pelas seguintes razões: **a)** inadaptação dos camponeses ao modelo de produção coletivista, “exógeno” aos africanos, **b)** os desalinhamentos dos camponeses com os objetivos ideológicos da revolução, **c)** as dificuldades de equacionar uma economia centralizada com a economia capitalista, **d)** os efeitos do choque causado pela crise do petróleo de 1979 e **e)** a guerra civil.<sup>10</sup>

Entretanto, estas razões são insuficientes para explicar a relação entre o regime socialista e a decadência da agricultura. Por exemplo, o modelo de produção coletivista é comum aos camponeses africanos, tendo sido aproveitado no sistema colonial e no sistema socialista, com diferença deste ter introduzido a sua componente ideológica da eliminação do lucro. Até o presente contexto, a base sobre a qual se organizam as associações, cooperativas camponesas e muitas iniciativas na agricultura de pequena escala é, em grande medida, é o modo de produção coletivista.

É necessário realçar que, ao contrário do que atualmente se propaga nos debates em torno do desenvolvimento agrícola e rural de Angola - nos quais, invariavelmente, tem se comparado a situação de hoje com o período colonial - o modelo da grande empresa agrícola capitalista naquele período não representou no todo um sucesso (Silva, 1969; Neto, 1999; Castelo, 2007).

Globalmente, a agricultura, na fase final deste período, vinha perdendo importância face ao crescimento do setor extrativista, para o qual migrou parte considerável da mão-de-obra camponesa. E ainda assim, os bons resultados na agricultura nas décadas de 1960/70 foram alcançados graças à agricultura camponesa, em grande medida, mediante incorporação do trabalho obrigatório<sup>11</sup>.

Nesta lógica, os 14 anos de guerra colonial e a guerra civil parecem terem contribuído mais para a decadência da atividade agrícola, principalmente, a partir de 1987, momento simbolizado pela histórica Batalha do Cuito Cuanavale<sup>12</sup>.

Nota-se que algumas das consequências graves destas guerras para agricultura foram a destruição das infraestruturas, particularmente, as estradas e pontes e um longo período de êxodo rural. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (*Apud* Lopes, 2018), desde a guerra colonial até 2002, estimava-se que mais de 4 milhões de pessoas teriam abandonado as áreas rurais em busca de segurança, o que até a esta altura representava aproximadamente 25 % da população nacional.

Também, deve-se ter em conta que durante o período de guerra civil, especificamente entre o final da década de 1980 e a metade de 1990, ocorreu um desinvestimento acentuado em todos os setores da economia ao qual a agricultura não foi exceção. Neste intervalo, a

<sup>9</sup> ENCODIPA: Empresa Nacional de Comercialização e Distribuição de Produtos Agrícolas e ENCAFE: Empresa Nacional de Café. Para mais detalhes sobre estas empresas, ver: Neto (1999).

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, Pacheco (2003), Milando (2013), Bonfim *et al.* (2016) e Pain (2020).

<sup>11</sup> Neste texto, ver também Ferreira (1985).

<sup>12</sup> A Batalha do Cuito Cuanavale (1987-88) foi um importante confronto militar na região sul de Angola, envolvendo forças estrangeiras, nomeadamente, de Cuba ao lado do MPLA e forças da antiga República Sul Africana, ao lado da UNITA. Em termos gerais, esta batalha assinala o início do recrudescimento do conflito armado entre os dois movimentos.

participação do setor agrícola nas receitas do Estado chegou a perto de zero, tendo vindo a variar positivamente até 2 % apenas entre 2000 e 2005 (IDIA e CEGIA, 1998; Banco Mundial, 2006).

Enquanto isso, até o início da década de 2000, a população rural sobreviveu fundamentalmente de ajudas humanitárias e a produção agrícola ficou circunscrita a alguns poucos cinturões de verdes nas periferias de capitais de algumas províncias que gozavam de relativa segurança, a exemplo de Luanda e Benguela.

### **Política de investimentos durante o socialismo**

A primeira lei de investimento privado pós-independência foi promulgada em 1979 através da Lei n.º 10/79 de 22 de junho. Mas, apesar da sua abertura formal aos investimentos estrangeiros, esta lei apresentava relativa restrição a estes tipos de investimentos fora do setor petrolífero. Também impunha alguns “condicionalismos” à constituição de sociedades para investimentos estrangeiros, nas quais, por exemplo, 51 % do capital teriam de ser nacional. Vetava aos investimentos estrangeiros alguns setores da economia, tais como os da defesa, do comércio externo e do comércio interno. Impunha ainda um limite para as transferências anuais de lucros fixados em 25 % de todo capital investido.

Em 1988, quando já se tinha começado a transição para economia de mercado, com o SEF (Saneamento Económico Financeiro – 1987/92), programa de reajustes macroeconómico subsidiado pelo PNUD, FMI e o Banco Mundial, foi aprovada uma nova lei de investimentos privados, que alterou alguns dispositivos, colocando o fim, por exemplo, à “obrigatoriedade” das sociedades mistas. Também ampliou os setores destinados ao capital estrangeiro, passando a incluir o comércio externo, telecomunicações, serviços financeiros (banco, crédito e seguros etc.).

A lei seguinte foi promulgada em 1994 já em um contexto da economia de mercado. Em comparação à anterior, esta se destacava por mais engajamento na captação de capital estrangeiro, por meio, por exemplo, da criação do Instituto de Investimentos Estrangeiro (IIE) em substituição ao Gabinete de Investimento Privado de 1989 (GIE) (Ferreira, 2002).

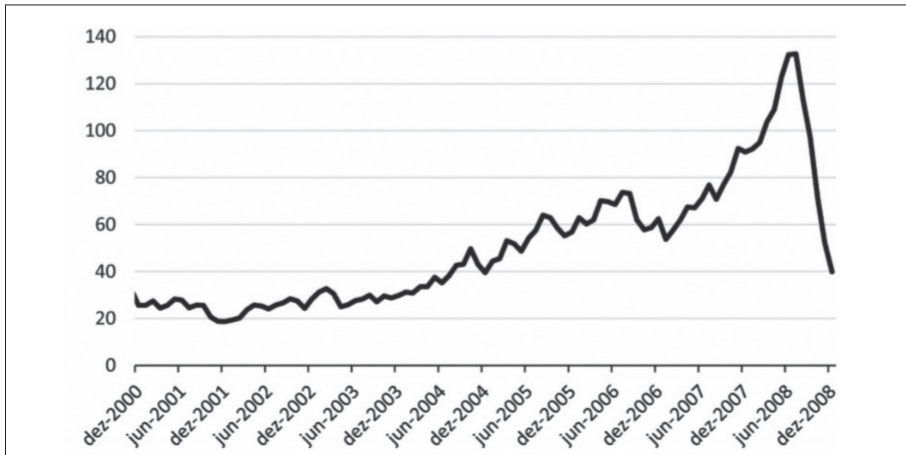
Ainda assim, os investimentos estrangeiros continuaram baixos. Durante quase toda a década de 1980/90, Portugal representava mais de 80 % do capital estrangeiro e mais de 60 % destes investimentos estavam direcionados à construção civil (IDIA & CEGIA, 1998). As receitas do Estado permaneciam dependentes do petróleo em 94 %, sendo o maior comprador os Estados Unidos da América.

### **Paz de 2002: reconstrução nacional e a diversificação da economia**

A partir de 2002, Angola começaria um ambicioso processo de reconstrução nacional. Passaria a experimentar sucessivos planos de desenvolvimento económico de médio e longos prazos, dentre os quais: a Estratégia de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural, seguida pelo Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e, mais recentemente, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2012-2017) e o Plano Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022).

Deste modo, a década de 2000 foi marcada por investimentos públicos avultados, sobretudo para recuperação e construção de novas infraestruturas, nomeadamente, estradas, aeroportos, portos, edifícios públicos etc. Estes investimentos acompanharam o ciclo de crescimento económico decorrente do aumento do preço do barril do petróleo no mercado internacional (Gráfico n.º 01).

Gráfico n.º 01 - Preço do barril do petróleo em USD entre 2000-2008



Fonte: Agência Internacional de Energia. In: Bonfim *et al.*, 2016.

Para tanto, o Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES), constituído a partir das receitas da exportação do petróleo e do diamante seria a origem de alguns recursos financeiros que se destinavam ao desenvolvimento e diversificação dos setores económicos não-petrolíferos. Nesta *demarche*, é relevante sublinhar que foi criada a Agência Nacional de Investimentos Privados (ANIP) em 2004, cujo objetivo principal era propositadamente o fomento e captação do investimento privado e estrangeiro.

Atualmente, o órgão responsável disso é a Agência de Investimentos Privados e Promoção das Exportações (AIPEX) e o apelo ao IDE continua prender-se essencialmente com dois aspetos conjunturais conexos. Primeiro, o encorajamento das instituições financeiras internacionais para que se abandone o endividamento externo com garantias do petróleo. Segundo, com a tentativa de cobrir a necessidade de reinvestimento para recuperação da capacidade produtiva nacional, incluindo a edificação de complexos agropecuários e a construção de cadeias produtivas.

Mas, tal como no passado, os investimentos estrangeiros diretos no setor não-petrolífero continuaram irrisórios, muito mais no setor agrícola. Ao contrário disso, na década de 2000, Angola continuou a ocupar as primeiras posições em termos de IDE no setor petrolífero em África<sup>13</sup>.

### Políticas de desenvolvimento agrícola e rural

Nos mais recentes planos referidos acima, a agricultura tem sido definida como setor-chave para a diversificação da economia e desenvolvimento rural. Por exemplo, no PND (2012-2017), este setor tivera sido subdividido em 11 subprogramas, dentre os quais: o Programa de Promoção da Agricultura Comercial e o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Orientada para o mercado.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Ver: OECD (2006) e Banco Mundial (2006).

<sup>14</sup> Foram definidos ainda os seguintes: Programa de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais, Programa de Fomento da Atividade Produtiva, Programa de Promoção do Comércio Rural, Programa de Aquisição de Produtos Agroalimentares e a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Este plano definia ainda zonas de especializações produtivas a partir das potencialidades locais e infraestruturas desenvolvidas ao longo do período colonial, a exemplo do café e do algodão. No mesmo sentido, tivera sido aprovada em 2015 a Política de Desenvolvimento Agrário, segundo a qual o setor agrícola ficou subdividido em programas para grandes, médios e pequenos produtores.<sup>15</sup> Estas linhas gerais da política de investimentos agrícolas também encontram-se refletidas na *Estratégia de Longo Prazo: Angola 2025*, no quadro das medidas de Estabilização Macroeconómica, Segurança Alimentar e Combate à Fome. Grosso modo, é nesta estruturação em que se fundam as políticas de desenvolvimento agrícola e rural em Angola, de tal forma que o financiamento a estas políticas tende a seguir mais ou menos uma estratificação semelhante.

### Financiamentos e investimentos agrícolas

Desde 2007, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) é a principal instituição financeira responsável pela disponibilização dos recursos para o financiamento da agricultura, mas os créditos são operacionalizados através de bancos comerciais, com destaque para o banco público BPC (Banco de Poupança e Crédito).

Para tal, o financiamento agrícola ocorre basicamente através de dois tipos de créditos: o de fomento, destinados a grandes e médios empreendimentos - para fins de instalação, expansão ou requalificação de projetos - e por meio dos créditos agrícolas de campanha, destinados a pequenos produtores e aos camponeses, para aquisição *inputs*, tais como máquinas de pequeno porte, ferramentas, sementes e fertilizantes. Entre 2012 e 2013, por exemplo, o valor destinado aos créditos agrícolas de campanha estiveram em volta dos 90 milhões de dólares americanos por ano (ADRA, 2014).

Por conseguinte, os créditos agrícolas de campanha são suportados, em geral, pelo Orçamento Geral do Estado. No entanto, em alguns casos, pequenos produtores e camponeses podem se beneficiar de financiamentos externos a partir de instituições como o Banco Africano para o Desenvolvimento, Banco Mundial, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, por via de cooperação bilateral com outros países - a exemplo dos projetos MOSAP e SAMAP ou ainda por via de apoios financeiros estrangeiros à Organizações Não-Governamentais para implementação de projetos agrícolas em comunidades rurais.<sup>16</sup>

Nos casos dos investimentos públicos de grande e médio portes, os fundos são, via de regra, suportados por financiamentos externos, estando entre os maiores credores países como a China, Espanha, Reino Unido, Brasil, Portugal, Israel e mais recentemente com interesses também dos Emirados Árabes Unidos e da Alemanha.

Deste modo, como resultados destes investimentos realizados desde o início da década de 2000, foram reconstruídos e construídos novos pólos agroindustriais, perímetros irrigados, tendo surgido também em quase todo o país, grandes e médios empreendimentos como, para citar apenas alguns casos, o Projeto SEDIAC (Sociedade de Estudos e Desenvolvimento Industrial, Agrícola e Comercial), na província do Cuanza Sul, SODEPAC (Sociedade de Desenvolvimento do Pólo Agroindustrial de Capanda) e o projeto BLOCOM, ambos na província de Malanje (vide Quadro n.º 01).

Estes investimentos acompanharam um ciclo de crescimento económico que variou aproximadamente entre 8 % e 14 % ao longo dos primeiros anos da década de 2000 e, segundo o Ministério do Planeamento de Desenvolvimento Territorial (2012), estavam previstos a construção de um total 57 empreendimentos agropecuários até 2017.

<sup>15</sup> Lei n.º 15/05 de 7 de dezembro.

<sup>16</sup> MOSAP e SAMAP são projetos de apoio à produção e comercialização da agricultura familiar financiados pelo Banco Mundial e a FIDA.

Quadro n.º 01 – Alguns projetos com financiamento externo

Projeto	Província	Origem do financiamento
Fazendas Pedras Negras	Malanje	República Popular da China
Polo Agroindustrial Quizenga	Malanje	Reino de Espanha
Projeto Agrícola Senza Pombo	Uíge	República Popular da China
Fazenda Cacanda	Lunda Norte	República de Israel
Fazenda Cangandala	Malanje	República de Israel
Projeto Aldeia Nova	Cuanza Sul	Rep. de Israel/União Europeia

Fonte: Ministério da Agricultura, 2012.

Na maioria dos casos, estes empreendimentos são operados por meio de contratos de exploração ou de gestão consignados a empresas privadas como a GESTERRA, SA, a chinesa: *CITIC Construction* ou ainda através da modalidade das Parcerias Público-Privadas, a exemplo da SOPIR, SA (gestão de perímetros irrigados), na qual o Estado angolano é detentor de 30 % do capital. Portanto, o cenário destes grandes investimentos é caracterizado maioritariamente por *joint venture*, como é caso também do Projeto BIOCOM, em que são parceiros a empresa prolifera estatal, Sonangol e as privadas Odebrecht Angola e a Gráfica Damer.

### Políticas de Investimentos privados e estrangeiros

As últimas versões da Lei de Investimentos Privados (LIP), por sua vez, estabeleceram áreas prioritárias de investimento privados, zonas económicas especiais e zonas de desenvolvimento, sobre as quais foram garantidos incentivos fiscais e benefícios financeiros por parte do Estado angolano. Nas versões mais recentes, agricultura e pecuária ocupam igualmente posições prioritárias, nas quais se destacam a celebração de contratos de arrendamento, compra e concessões de estabelecimentos agroindustriais e de terras.

Relativamente aos investimentos estrangeiros hoje, tal como definido na lei em vigor (Lei n.º 10/18 de 26 de junho), os investimentos em Angola devem ainda ocorrer “preferencialmente” por meio de sociedades entre investidores internos e externos, o que pode ser identificado na lei, dentre outras, pelas disposições e figuras jurídicas como *sociedade veículo de investimento e investidor misto*.

Contudo, é necessário sublinhar que esta lei ainda tem vindo a sofrer alterações pontuais para adaptação às melhores condições de atração de investidores estrangeiros. De modo complementar, a política de terra tem se centrado na criação de condições para regulamentação do acesso à terra na lógica do desenvolvimento agrário e de políticas de mercado<sup>17</sup>.

De qualquer modo, estas tendências apresentam-se em concorrência com a preferência pelo fortalecimento do investidor nacional, uma estratégia que já esteve expressamente definida na Lei de Fomento do Empresariado Nacional Angolano de 2003 e no Fundo de Fomento Empresarial de 2008.

Ao que tudo indica, ainda predomina na agricultura a presença de um capital nacional, que também possui maior controle do acesso à terra e mobiliza fundos públicos ou capital privado migrado de outros setores da economia como o de telecomunicações, banca e outros serviços.

<sup>17</sup> Neste momento, por exemplo, a Lei de Terras encontra-se sob revisão na Assembleia Nacional.

Por outro lado, a preferência pelo IDE parece continuar a incidir sobre o comércio, indústria e exploração dos recursos naturais e minerais<sup>18</sup>. Vale a pena realçar também que o crescimento do IDE em Angola tem sido marcado por maior presença de capital estrangeiro oriundo de países capitalistas emergentes aos quais se destacam, por exemplo, a Turquia, África do Sul e Emirados Árabes Unidos.

Como se pode conjecturar, o avanço do agronegócio continuará a depender de maior flexibilização da legislação em benefício do capital estrangeiro, sobretudo, em matéria fundiária. Seja como for, observa-se forte tendência de mudança para maior flexibilização e abertura ao capital estrangeiro no setor produtivo não-petrolífero, que, inicialmente, tentava responder à crise económica ocasionada pela redução do preço do barril de petróleo que afetou a economia angolana mais ou menos desde 2014, mas que a partir de 2017 parece ter-se cristalizado como uma das políticas de contraposição à volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional e, ao mesmo tempo, uma das dimensões fundamentais da política económica do governo.

### Considerações finais

Seguindo uma tendência de promoção do agronegócio e de conversão da agricultura camponesa para um modelo de agricultura familiar para o mercado - objetivando aumentar a oferta interna de alimentos e reduzir a dependência da exportação do petróleo, pela diversificação das *commodities* - as políticas de investimentos no setor da agricultura vêm priorizando desde 2002, por um lado, a construção de grandes empreendimentos agropecuários e, por outro lado, o aumento da disponibilização de recursos financeiros para pequena agricultura<sup>19</sup>.

Entretanto, apesar de parte dos grandes investimentos terem sido feitos, muitos destes empreendimentos encontram-se paralisados desde o início da última crise do petróleo, muitos dos quais, sem nunca sequer ter entrado em funcionamento. Enquanto isso, a agricultura de pequena escala, incluindo a agricultura camponesa, tem representado 91 % da produção nacional, sendo responsável por 83 % da mandioca, 66 % das frutas e de 81 % da produção de cereais e de leguminosas, com destaque para o milho e a soja.<sup>20</sup>

Nota-se, no entanto, que se, por um lado, não se observaram ainda impactos positivos destes grandes empreendimentos na produção agrícola nacional, por outro lado, chama atenção o fato de que apenas entre 2006 e 2016 terem sido concedidos aproximadamente 1 000 000 de hectares de terra a sociedades/investidores nacionais e estrangeiros de países como Reino Unido, Brasil, Portugal, Emirados Árabes Unidos, Japão, Vietname etc.<sup>21</sup>

Deste modo, embora ainda não se notem grandes impactos do agronegócio em Angola, o permanente apelo ao investimento estrangeiro, a definição da agricultura como setor estratégico de desenvolvimento e as crescentes aquisições de terra em grande escala sugerem o curso de uma tendência regional da recente expansão do capital internacional na exploração dos recursos naturais em África, em parte, por meio da produção de *commodities* agrícolas. Se assim admitido, o caso de Angola não somente evidencia uma possível virada na sua trajetória referente à presença do capital financeiro na exploração da terra, mas também chama atenção para os processos de aliança e/ou concorrência entre uma burguesia nacional e o capital financeiro internacional.

<sup>18</sup> À propósito disso, vários autores têm refletido em torno da recente presença e as consequências do capital financeiro e, particularmente, dos investimentos diretos estrangeiros na exploração de recursos naturais em África. Ver exemplo, Matondi & Mutopo (2008) e Cotula (2013).

<sup>19</sup> De modo complementar, a política de terra tem se centrado na criação de condições para regulamentação do acesso à terra na lógica do desenvolvimento agrário e de políticas de mercado.

<sup>20</sup> Dados de referência ao ano agrícola 2018-2019. Neste texto, ver Angola (2019).

<sup>21</sup> Fonte: <https://landmatrix.org/>. Ver também: Tump & Cassinda (2019).

## Referências bibliográficas

- Amaral, Miguel Rebordão (2017), *Angola. Concessões de terras e direitos tradicionais (1856-1973). Análise da legislação*, Dissertação de mestrado em Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais. Instituto Superior de Agronomia. Universidade de Lisboa.
- Angola, República de. *Angola, 2025 (2017), Um país com futuro*. Sustentabilidade, equidade e modernidade. Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo para Angola. Ministério do Planeamento.
- Antônio, Nelson Domingos (2015), *Transição pela transação*. Uma análise da democracia em Angola, Rio de Janeiro: Polo Books.
- Baptista, Fernando Oliveira (1994), *A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo a Comunidade Europeia*. Vol. XXIX (128), (4.º), pp. 907-921.
- Bonfim, Luís; Rocha, Alves da; Kolstad, Arne Wiig Ivar (2016), “*Processo de industrialização de Angola*”. In: Estudos sobre a Diversificação da Economia Angolana. Luanda, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
- Cafussa, Alberto C. (2014), *O GURN: entre a guerra e a paz*. Luanda – Lisboa: Edições Pedagogo.
- Castelo, Cláudia (2014), “*Novos Brasis*” em África. Desenvolvimento e colonialismo português tardio. *Revista Varia História*, Vol. 30, n.º 53, pp. 507-532.
- (2007), *Passagens para África: povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Edições Afrontamento.
- (1998), *O modo português de estar no mundo. O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto, Edições Afrontamento.
- Costa, Ilonka D. A. (2010), *O processo político angolano desde o início da Guerra Colonial*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- Cotula, Lorenzo (2013), *The great land grab? Agriculture investments and global food system*. London/ New York: Zed Books.
- Cunhal, Álvaro (1968), *A questão agrária em Portugal*. Col. Perspectiva do Homem. Vol. 27. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Ferreira, Eduardo de Sousa (1985), *A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-1974*. *Análise Social*, vol. XXI (85), pp. 83-110.
- Ferreira, Manuel Ennes (2002), *Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990)*. *Análise Social*, vol. XXXVII (162), pp. 47-90.
- Freudenthal, Aida (2005), *Arimos e fazendas. A transição agrária em Angola (1850-1880)*. Cha de Caxinde, Luanda.
- Lopes, Carlos M. (2018), *Refugiados, reintegração e mobilidade interna: um olhar sobre o caso angolano, 2002-2010*. *Remhu, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, v. 26, n.º 54, dez, pp. 61-76, Brasília. [Em linha]. [Consult. 15.ago.2020]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/remhu/v26n54/2237-9843-remhu-26-54-061.pdf>.
- Matondi, Prosper B. & Mutopo, Patience (2008), *Attracting foreign investments in Africa in the context of land grabbing for biofuels and food security*. In: AMANOR, Kojo Sebastian & MOYO, Sam. *Land & sustainable development in Africa*. London/New York: Zed Books.
- Milando, João (2013), *Desenvolvimento e resiliência social em África*. Dinâmicas rurais de Cabinda-Angola, Luanda: Mayamba Editora/Imprensa Nacional de Angola.
- Neto, João Ferreira da Costa (2008), *Angola: agricultura e alimentação*. Instituto de Apoio ao Desenvolvimento. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- (1999), *Os camponeses e o desenvolvimento rural de Angola*. Lisboa, Imprensa Universitária.
- Pacheco, Fernando (2003), *Contribuição para definição de uma estratégia de agricultura sustentável para o huambo*. [Em linha]. [Consult. 12.mar.2020]. Disponível em: [https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd03\\_04pacheco.pdf](https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd03_04pacheco.pdf).

- Pain, Rodrigo de Souza (2020), *A questão da terra em Angola: velhos problemas, velhas soluções*. Cadernos do CEOM – Ano 20, n.º 27 – Lutas pela terra. [Em linha]. [Consult. 14.fev.2020]. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1996>.
- Silva, Fernando Diogo (1969), *O Huambo: mão-de-obra rural no mercado de trabalho de Angola; para a formação de uma política de desenvolvimento equilibrado*. Lisboa: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola.
- Torres, Adelino (1983), *Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)*. Análise Social. Vol. XIX, 3.º, 4.º e 5.º, pp. 1101-1119.
- Tump, Rainer; Cassinda, Ernesto (2019), *Estudo sobre sinergias e concorrências entre os sectores agrícolas privado e familiar em Angola*. Mesa redonda das ONGs alemãs que trabalham em Angola. Informationsstele südliches afrika, Brot für die welt e Misereor IHR Hilfswerk. [Em linha]. [Consult. 12.mai.2020]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/143580956-Estudo-sobre-sinergias-e-concorrencias-entre-os-sectores-agricolas-privado-e-familiar-em-angola-mesa-redonda-das-ongs-alemas-que-trabalham-em-angola.html>.
- Varela, Raquel; Piçarra, Constantino (2016), *A reforma agrária nos campos do sul de Portugal (1975): uma revolução na revolução*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n.º 3, pp. 1189-1218, set.-dez. [Em linha]. [Consult. 04.set.2020]. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/22985>.

## Documentos

- ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) (2014), *Relatório*. Estudo sobre a implementação da linha especial de crédito agrícola de campanha. Luanda, Damer Gráfica.
- Banco Mundial (2006), *Angola*. Memorando Económico do País Petróleo, Crescimento Alargado e Equidade. [Em linha]. [Consult. 20.mai.2020]. Disponível em: [worldbank.org/curated/pt/776711468742818666/text/3536210Portuguese.txt](http://worldbank.org/curated/pt/776711468742818666/text/3536210Portuguese.txt).
- IDIA (Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola) & CEGIA (Centro para Educação, Gestão e Desenvolvimento de Angola) (1998), *Monografia de Angola (1998-2000)*. Luanda: Sociedade Gráfica Torrense.
- Ministério da Agricultura e Floresta (2019), *Relatório de resultados da campanha agrícola 2018/2019*.
- Ministério da Economia e Planeamento (2018), *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022* (2018), Luanda.
- Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2012), *Plano Nacional de Desenvolvimento 2012-2017*, Luanda.
- OECD (2006), *Angola*. Perspectivas económicas na África 2004/2005. [Em linha]. [Consult. 02.jun.2020]. Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/angola/35350793.pdf>.